



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

**Discurso proferido na sessão de 20 de agosto de 1987,
publicado no DANC de 21 de agosto de 1987, página 4778.**

Discute, em primeiro turno, o Projeto de Constituição; Educação. Assevera que a educação deve ser a prioridade entre as metas governamentais transformando a educação em instrumento de mudança da sociedade brasileira, através da erradicação do analfabetismo; obrigatoriedade da escolarização básica, transparência na aplicação dos recursos, funcionamento de cursos noturnos nas universidades públicas, remuneração condigna dos professores, melhor atendimento à educação especial, início do ensino formal a partir da pré-escola; alinhamento de propostas constitucionais relativas à educação.

O SRA. WILMA MAIA (PDS – RN): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes: Inicialmente, eu gostaria de prestar aqui a minha solidariedade aos trabalhadores do Brasil pela greve de hoje, aos trabalhadores que lutam contra esse arrocho salarial, contra essa política econômica errada, contra a recessão que hoje está estabelecida no Brasil.

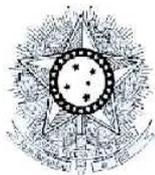
Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vou falar, hoje, de um tema da maior importância, que é a educação, pela qual, todos nós temos que ter a devida preocupação, principalmente neste momento em que fazemos a nova Constituição do Brasil, em que desejamos mudanças.

A educação não pode deixar de ser o assunto mais importante, tendo em vista que é a educação o instrumento de mudanças que queremos para trazer o bem-estar para o povo brasileiro.

E, quando falo em educação, digo que ela contribuirá, não só para o avanço social e político, mas também, para o desenvolvimento tecnológico e econômico do nosso País. E aqui coloco a educação como um processo permanente, onde todos nós deveríamos ser agentes dessas mudanças que desejamos.

Fica claro aqui o papel do trabalhador social, que deve ter uma atuação destacada na desmistificação da realidade distorcida, provocando o descobrimento da verdadeira dimensão na qual está imerso a jovem, o trabalhador, o que poderá ser conseguido por meio da percepção da realidade crítica.

Aqui, deixo bem claro que a educação que desejamos hoje para os nossos jovens, para as nossas crianças, é muito mais no sentido de fazer com que elas tenham condição de saber realmente dos seus direitos, dos seus deveres, para que possam pressionar, para que possam, enfim, mudar esta realidade.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

É necessária essa consciência geral da população brasileira, no sentido de formarmos uma corrente forte e poderosa e partirmos para o maior e mais importante investimento deste País.

Enfatizo, portanto, que a educação tem que ser, de fato, prioridade. Poderemos cancelar obras com a ferrovia Norte-Sul, a Leste-Oeste, a compra dos apartamentos da Previdência Social, enfim, tudo é adiável, só não o é a questão educacional no País que, hoje, é a 8ª potência econômica do mundo e 59 País em desigualdades sociais.

Só a educação muda este quadro, onde vivem, atualmente no País, cerca de 20 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade que integram a nossa estrutura social, com um número significativo de trabalhadores desqualificados, que, muitas vezes, não ganham nem um mísero salário mínimo, que, muitas vezes, estão no mercado informal, portanto, não são considerados aqui como trabalhadores do mercado formal. Segundo dados oficiais, na faixa etária entre 7 a 14 anos, temos 7 milhões de crianças e jovens não alfabetizados, e, ainda, de uma população estimada de 16 milhões de brasileiros na faixa etária de 15 a 19 anos, apenas 3 milhões encontram-se nas escolas de 2º grau, sendo que a maioria é obrigada a estudar à noite, por falta de recursos financeiros, tendo, portanto, que trabalhar durante o dia e estudar à noite.

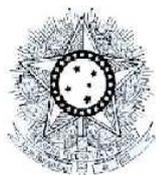
O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Permite V. Exª um aparte?

A SRA. WILMA MAIA: – Com muito prazer!

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS: – Preliminarmente, desejo cumprimentar V. Exª porque traz à tribuna da Constituinte um assunto que não é um problema, mas é o problema nacional. Não é um problema a mais, é o problema nacional. Porque, todo o déficit social do Brasil decorre da deficiência educacional, como V. Exª está demonstrando.

Se queremos uma democracia, precisamos de liberdade para poder escolher, porque na democracia a criatura humana escolhe sua religião, seus representantes, participa da vida política, mas, além da liberdade para poder escolher, é preciso a educação para saber escolher.

Se queremos a justiça social, temos que dar oportunidades iguais para todos, senão, não a teremos, e menos ainda a paz social que decorre dela. Se queremos o desenvolvimento econômico, precisamos educar toda a nossa infância, a nossa juventude, que são as riquezas naturais, essas, sim, são as riquezas naturais do Brasil.



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

Acaba V. Ex^a de citar dados oficiais do Governo brasileiro: mais de sete milhões de brasileiros, na faixa etária do ensino gratuito e obrigatório, estão fora da escola, e no segundo grau um percentual mínimo da população em idade de segundo grau. Vai V. Ex^a chegar também aos analfabetos, que são dezenas de milhões. Agora estou lendo no Jornal do Brasil, mas quero crer que seja engano, que o Governo brasileiro fecha questão em alguns pontos na futura Constituição, e que uma dessas questões, das quais o Governo não abre mão, é a de que não haja vinculação na Constituição de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Mas estou certo de que há um equívoco quanto a esta notícia, não posso crer que o Governo feche questão quanto à destinação de recursos, na Constituição, para a Educação, porque, se o Governo quer, realmente, enfrentar o problema da educação, ele deve querer que conste da Constituição esse amparo constitucional, senão é porque ele não quer.

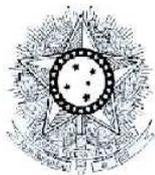
Sabe muito bem V. Ex^a que a Constituinte de 1946 não era inferior a nossa, como a de 1934 também não o era. Leia-se a relação dos constituintes que fizeram as Constituições de 1934 e de 1946, e eles vincularam recursos para a União, Estados e municípios, para manutenção do desenvolvimento do ensino. Está V. Ex^a prestando um serviço relevante, no desempenho do mandato que recebeu do povo, ao defender, da tribuna da Constituinte, a prioridade nacional para a Educação.

A SRA. WILMA MAIA: – Obrigada a V. Ex^a pelo brilhante aparte, o qual incorporo ao meu pronunciamento. Realmente, é assunto que merece a devida atenção quando se trata do percentual que deve ficar definido no documento, na Carta Magna, que estamos elaborando agora. Como Constituintes, como Professora, como lutadora, com relação à questão educacional, vou fazer todo o esforço possível no sentido de que nos unamos todos e consigamos, então, ao final, incorporar esse percentual importante para definir essa prioridade, porque não se pode fazer educação sem os recursos assegurados.

O SR. PEDRO CANEDO: – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. WILMA MAIA: – Pois não!

O SR. PEDRO CANEDO: – Ilustre Constituinte Wilma Maia, realmente, V. Ex^a traz à discussão, nesta sessão, o tema prioritário, em minha opinião, em nosso País, que é a Educação. A Subcomissão de Educação ouviu nada mais, nada menos do que 76 entidades da sociedade civil e do Governo com relação ao tema Educação. E estamos a observar que aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, muitos querem eliminar uma



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

conquista, não digo do Congresso Nacional passado, mas do povo brasileiro, que foi a inserção do percentual de 13% para a União, 25% para os Estados e 25% para os Municípios, do recolhimento de impostos para ser investido na Educação.

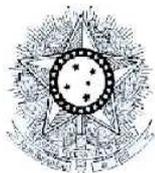
O ilustre Constituinte Sólon Borges dos Reis, que me antecipou no aparte, falou da Constituinte de 1946, e lá ficou estabelecido que 10% desses impostos seriam destinados à Educação. Nós tivemos nos governos posteriores esse preceito sendo desrespeitado. A Constituição de 1967 eliminou a vinculação, nós tivemos o desprazer e o disparate de ver no ano de 1974, nada mais do que 4% desses recursos destinados à Educação.

Nós sabemos que Educação não dá votos, da mesma forma que saúde, mas nós estamos preocupados com a Educação, V. Ex^a traz hoje essa importante preocupação, e certamente dentro dessas preocupações é que V. Ex^a está hoje ocupando uma cadeira na Assembléia Nacional Constituinte, por defender este tema prioritário.

Nós não podemos de forma alguma fazer coro àqueles colegas que defendem a não vinculação, que estão aí, talvez até a serviço do próprio Governo, querendo acabar com a vinculação. Querer tirar a vinculação de outros setores, nós até concordaremos, mas uma conquista do povo brasileiro, eu acredito que a Emenda Calmon, muito maior que ser uma conquista do grande Senador João Calmon, foi uma conquista do povo brasileiro e nós precisamos de manter, no texto constitucional que estamos a elaborar, a vinculação de um mínimo de 18% da União, 25% dos Estados e 25% dos Municípios. V. Ex^a, que já testemunhou, que também é a favor dessa luta da permanência da vinculação, congratulo-me mais uma vez com V. Ex^a dizendo que nós estamos para mudar o que está errado e não para mudar o, que está certo, tirar do texto constitucional os entulhos que contém, mas passar para o texto constitucional seguinte mantendo aquilo que está certo.

E a vinculação é mais do que necessária. Nós temos os nossos filhos como todo o povo brasileiro também os tem e a Educação é prioritária e, se essas vinculações das verbas não estiverem consagradas no texto constitucional, é muito fácil para o Governo e para os governantes não respeitarem as crianças brasileiras, os jovens brasileiros que necessitam de estudo. Mais uma vez, parabênizo V. Ex^a, pelo importante discurso que faz nesta tarde.

A SRA. WILMA MAIA: – Agradeço a V. Ex^a, Constituinte Pedro Canedo, pelo aparte. E quero dizer também, nesta oportunidade, que não só a vinculação dos recursos é importante, como também o percentual de 18% estabelecido na Comissão Temática.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

O mais importante é que – quero chamar a atenção para que todos façam uma reflexão, neste momento, para o que vou falar agora – antes, tínhamos apenas um percentual de 4%.

Só depois da Emenda Calmon é que este percentual aumentou para 13% da Receita Fiscal da União, para o investimento na educação. Infelizmente, estamos vendo que a educação, no País, continua deficitária.

Estamos vendo que há, também, na área educacional, uma preocupação muito grande com o populismo. V. Exas não de convir que temos, da Emenda Calmon, 75% para as universidades e ainda os recursos do salário-educação e do Finsocial, sendo que o do Finsocial para a educação é quase todo destinado à questão da merenda escolar.

O ensino de 1º grau tem uma percentagem de 31,9% de todos os recursos da educação, mas apenas 20% destes são gastos exclusivamente com a questão do ensino básico. O restante é com o apoio, com a merenda e outros. Essa é uma preocupação que temos que ter, porque senão iremos mudar este País. Continuando, quero falar sobre o ensino superior.

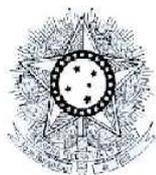
Um dado importante é que, no período de 1980 a 1985, o número de indivíduos, na faixa de 20 a 24 anos, aumentou em 18%, mas o número de matrículas no período cresceu menos que proporcionalmente, podendo-se concluir que é impossível uma solução para este tipo de ensino sem que se resolvam os problemas do 1º e 2º graus, uma vez que tão fortes são os laços de encadeamento e de entrelaçamento que caracterizam todo o processo educativo do ensino.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha. Fazendo soar a campainha.): – Comunico à nobre oradora que dispõe de 5 minutos para concluir a sua oração.

A SRA. WILMA MAIA: – Muito obrigada, Sr. Presidente. Outro fator que deve ser destacado, no ensino superior, é que as universidades públicas têm apenas 6% dos seus cursos funcionando em horário noturno, contra 51% nas particulares. Isto seria importante destacar, porque nós temos toda uma estrutura que seria possível de ser aproveitada nos cursos noturnos.

Mas, ainda queria destacar, com relação a questão das universidades federais, têm, hoje, apenas metade do poder aquisitivo que detinham no final da década de 70.

Essa é uma questão importante, porque temos que pensar também na remuneração dos professores e na qualidade do ensino, uma melhor condição de trabalho, para que tenhamos um bom resultado na educação. Sr. Presidente, Srs.



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

Constituintes, este é apenas um breve diagnóstico, pois, como é do conhecimento de todos, temos vários problemas neste setor.

Não resta dúvida de que a educação não pode ser a única prioridade num país de tantas demandas e tantas carências. No entanto, repito, terá que ser a maior prioridade governamental. Portanto, em vista desta situação, não podemos deixar de registrar algumas propostas de mudanças, tais como – aqui eu gostaria de colocar o que foi proposto por mim, através de emendas, durante todo o trabalho das Subcomissões, da Comissão Temática, iniciando pela questão mais importante: “Transparente e adequada aplicação dos recursos destinados à educação”. Aqui eu faria uma referência ao orçamento total do Ministério da Educação deste ano, que é de ordem de Cz\$ 39,7 bilhões, assim distribuído: ensino superior, 49%; 1º grau, 31,9%; 2º grau, 8%; outros (supletivo e pré-escolar), 10%.

Observa-se maior concentração de recursos no ensino superior, quando 1º e 2º graus são a base de todo o processo educacional. Ainda devemos ressaltar que, do valor destinado ao 1º grau, como eu disse anteriormente, somente 20% são destinados ao ensino regular. Aqui temos que nos preocupar em fiscalizar, também, se os Estados e Municípios estão aplicando os 25% como manda a Emenda Calmon.

O SR. ADYLLSON MOTTA: – V. Ex^a me permite um aparte?

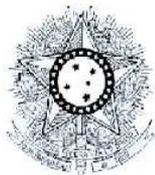
O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – Comunico à nobre oradora que dispõe de dois minutos somente para a conclusão do seu pronunciamento.

A SRA. WILMA MAIA: – Pois não, Sr. Presidente. Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLLSON MOTTA: – Ilustre Constituinte Wilma Maia, inicialmente apresento as minhas congratulações pelo tema que aborda, e, em segundo lugar, pela maneira como o faz. V. Ex^a, que convive com uma das regiões mais pobres e mais sofridas deste País, traz um testemunho eloqüente do quadro triste que vive o Nordeste.

Gostei muito de uma afirmação que ouvi de V. Ex^a, de que obras como a Norte-Sul, por exemplo, são adiáveis, enquanto o problema educacional não comporta mais qualquer tipo de procrastinação pelo que ele significa, hoje, no País. É pena não tenhamos um Governo que pense como V. Ex^a, pois não conheço nenhum plano, na área social, feito pelo Governo para a redenção do Nordeste.

Conheço obras faraônicas prometidas, como a siderurgia no Maranhão, a Estrada Norte- Sul e coisa desta ordem. Então, quero cumprimentá-la pelo enfoque que dá ao



Câmara dos Deputados
Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação
Escrevendo a História – Mulher Constituinte

problema educação, e dizer a V. Ex^a que assumi um compromisso aqui, neste microfone, aparteando o ilustre Constituinte João Calmon, de que votarei com qualquer proposta que vise a assegurar uma vinculação orçamentária, inclusive, aumentando o valor de 13% para 18%, no que respeite a educação.

Porque não vejo nenhum caminho para este País se desenvolver, senão através da educação. Aliás, não existe no mundo um exemplo diferente. Então, quero congratular-me com V. Ex^a, pela propriedade com que aborda este assunto momentoso, de significado muito grande para um país que quer se desenvolver, como é o caso o Brasil. Meus cumprimentos.

A SRA. WILMA MAIA: – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Sotero Cunha): – A Mesa concede mais três minutos à nobre oradora, para prosseguir em sua oração.

O SR. NELSON SEIXAS: – Permiteme V. Ex^a um aparte? (Assentimento da oradora)

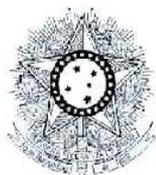
O SR. NELSON SEIXAS: – Serei bastante breve, mas não poderia deixar de vir aqui trazer o meu aplauso ao seu pronunciamento, que conheço, particular e pessoalmente, o quanto fez, no Rio Grande do Norte, em prol da educação e o cuidado com a vinculação.

Realmente isso é muito importante e, nós, em especial, ligados à educação especial queríamos uma vinculação da vinculação. Destes 13% e 25%, queríamos que, pelo menos, 10% fossem para a educação especial, porque é de 10% o percentual de pessoas para a educação especial, no País.

De modo que isto é muito importante. Outra coisa, nobre Constituinte, é estender o período de educação, pois devemos começá-la desde os 3 anos de idade, porque é uma oportunidade muito grande para pegarmos problemas de aprendizado, problemas de conduta, de psicomotricidade e mesmo deficiência mental leve que, juntas, levam a uma evasão e a uma repetência escolar muito grande no País.

Parabéns pelo pronunciamento, lamentamos que o tempo tenha sido tão exíguo e que não tenhamos podido ouvir o desenrolar do seu pronunciamento.

A SRA. WILMA MAIA: – Agradeço ao Constituinte Nelson Seixas que sabe da preocupação desta Constituinte em relação à questão do ensino especial. Temos que lutar para que, realmente, ele tenha mais recursos e que seja oferecido às pessoas portadoras de deficiência no País. Mas, concluindo – infelizmente não vou poder ler todo



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

o pronunciamento – gostaria aqui de enfatizar a questão da obrigatoriedade do ensino fundamental de 3 a 6 anos de idade. Sabemos que é de 0 a 6 anos que a criança precisa de uma maior assistência.

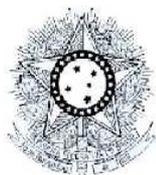
É a idade do risco; é nessa faixa etária que a criança precisa ver atendida as suas necessidades básicas de alimentação, de nutrição, de segurança social e de afeto. Então, precisamos ter isso definido na Constituição.

Hoje, em nosso País, temos vários órgãos que cuidam da questão do pré-escolar. Temos a LBA, a Funabem, o Ministério da Educação e, ainda por cima, foi criada uma Secretaria de Ação Comunitária, no Governo da Nova República, que, também, se preocupa com a questão das creches. Mas a verdade é que polarizam os recursos e ninguém faz o atendimento que deveria ser feito. Então, é uma questão que nós, Constituintes, deveríamos colocar, de que o ensino formal deve começar a partir do pré-escolar.

O Ministério da Educação tem que ter a responsabilidade, a preocupação maior de atender, principalmente, as crianças na faixa etária de 3 1/2 anos a 6 anos; enquanto que as empresas e a LBA ficariam com a responsabilidade de atender às crianças, em creches, de 0 a 3 anos de idade, para que tenhamos uma infância sadia, que não fique prejudicada, senão a coisa vai ficar irreversível.

Continuando, Sr. Presidente, alinho mais algumas propostas importantes: – proibir a transferência de recursos públicos às entidades que tenham a finalidade lucrativa e remunerem direta ou indiretamente seus dirigentes; – garantia, pelo Estado, do ensino público e gratuito em todos os níveis, com prioridade ao ensino básico e pré-escolar; – democratização do ensino através de oferta de educação escolar universal, obrigatória, gratuita e de boa qualidade (competente) e, da administração pela comunidade; – regulamentar e supervisionar o salário-educação aquele que grava em 2,5% o salário contribuição das empresas públicas e privadas e é arrecadado pelo IAPAS e FNDE.

A participação percentual deste salário, no orçamento do MEC, nestes dois últimos anos foi praticamente igual, ou seja, em 1987 apresentou um acréscimo de 1% em relação ao ano anterior (de 7,3% para 8,3%). Não devemos esquecer que este salário é um instrumento fundamental de desenvolvimento educacional. – melhorar a qualidade do ensino pela capacitação, habilitação e valorização do professor, através de cursos específicos.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História – Mulher Constituinte

Treinamento, aperfeiçoamento e pós-graduação; – remunerar adequadamente aos professores de todos os níveis, uma vez que os salários estão totalmente defasados. Atenção especial deve ser dada aos professores de 1º grau, que percebem salários miseráveis e desumanos; – conseguir a autonomia das universidades, neutralizando o sentido privatizante, clientelista e violador da autonomia universitária que vigora no Plano da Nova Universidade; – incentivar a educação técnica profissionalizante, uma vez que este tipo de ensino habilita os jovens a encontrar seu caminho na vida do trabalho, despertando, ainda, a criatividade e o espírito crítico dos mesmos diante de técnicas muitas vezes elaboradas a distância do meio em que atuam; – conceder incentivos financeiros aos professores que se dispuserem a ministrar aulas no período noturno; – a União deverá destinar à Educação 18,0% do seu orçamento e os Estados e Municípios 25%; – conservar o direito já adquirido pelos professores de se aposentarem aos 25 anos de magistério, devido ao desgaste ocasionado por este tipo de atividade.

Estatísticas demonstram grande incidência de determinadas doenças do sistema nervoso, do aparelho circulatório e transtornos mentais nas pessoas que exercem esta atividade. Sr. Presidente, gostaria apenas de concluir o meu pronunciamento com as palavras do Papa João Paulo II: "Não existe possibilidade de desenvolvimento, de integração social, nem de autêntica liberação, se não se começar por eliminar o analfabetismo, dar instrução, educação de base e cultura." Muito obrigada, Sr. Presidente! (Muito bem!)